

Em greve contra riscos ambientais, EACH derruba direção autoritária

Docentes, estudantes e funcionários da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP) estão em greve desde 11/9, em razão dos riscos ambientais existentes no *campus*. O estopim do movimento foi a colocação, em alguns locais da unidade, de placas de advertência que informavam estar a área interditada, por conter contaminantes. Nesse mesmo dia, em reunião aberta da Congregação da EACH com a participação de cerca de 250 pessoas dos três segmentos, foi aprovada, com apenas três abstenções, proposta de afastamento do diretor Jorge Boueri e do vice-diretor Edson Leite, que estavam presentes.

No início da reunião aberta, conduzida, a princípio, por Boueri e Leite, os membros da Congregação comprometeram-se a acatar as deliberações que viessem a ser tomadas, referendando-as na próxima reunião regular do colegiado, prevista para 18/9. A decisão de afastar o diretor e o vice, aprovada ao final dos trabalhos após acalorados debates, foi endossada em seguida pelos nove membros da Congregação presentes, que assinaram requerimento manuscrito com este teor.

O professor titular Luis Menna-Barreto, decano da unidade, foi declarado diretor interino. No entanto, como o regimento da unidade e o Estatuto da USP não preveem a hipótese de afastamento de diretores, há incerteza quanto aos desdobramentos das decisões de 11/9. Os docentes, reunidos em assembleia à tarde, decidiram buscar antecipar a reunião da Congregação.

Acusações. Na reunião aberta, realizada no Salão Azul, mais de vinte pessoas se pronunciaram, na maioria estudantes e docentes, mas também funcionários. As acusações feitas “ao vivo” ao diretor e ao vice-diretor foram muitas e graves, incluindo conduta irresponsável quanto ao passivo ambiental do *campus*; corrupção ou conivência com atos corruptos; perseguição a dissiden-



Fotos: Daniel Garcia

Votação do afastamento de Boueri (na mesa, encoberto). Acima, placa da SEF

tes por meio de sindicâncias e outras medidas administrativas; censura do correio eletrônico da unidade. Boueri e Leite procuraram rejeitá-las, mas não foram convincentes. Ao menos um momento merece registro: quando os estudantes gritaram, em coro, “Fora Boueri!”, ele bateu palmas junto, acompanhando, em voz baixa, a palavra de ordem.

Boueri procurou se mostrar receptivo às críticas: “Podemos ter uma comissão assessora com cinco alunos, cinco funcionários e cinco professores. Não vejo problema”, comentou em relação à proposta de criação de uma comissão tripartite (mais tarde aprovada). Os alunos destacaram, nas intervenções, a necessidade de eleições diretas para diretor e mudança do regimento. “Nessa democratização, pode contar desde já com meu voto. Nós temos que dar realmente uma oxigenada”, declarou Boueri, provocando gargalhadas.

Mais tarde, ele chegou a fazer uma proposta de conciliação. “Se tiver renúncia, vocês vão ser obrigados a fazer eleição nos moldes antigos. Eu quero antecipar esta eleição. Divulgo hoje o edital da eleição para 11/10. A Congregação se compromete a respeitar a consulta que houver. No dia que sair eu passo a direção para ele ou para ela, sem nenhum problema”. A proposta de Boueri foi rejeitada por todas as categorias, recebendo apenas três votos favoráveis, e a proposta de afastamento foi vitoriosa. Anunciado o resultado pela professora Elizabete Franco,

da Congregação, que coordenou as votações, diretor e vice afastados deixaram o Salão Azul antes do término dos trabalhos, provocando a revolta dos alunos.

Imbróglia. As placas que comunicam a interdição de algumas áreas do *campus* leste foram instaladas pela Superintendência do Espaço Físico da USP (SEF) e não pela Cetesb, como se acreditou de início. Boueri mandou retirar as placas. Ele se disse surpreso com a instalação delas e desconhecer sua origem. A Cetesb, por sua vez, embora tenha exigido da USP uma série de medidas corretivas e preventivas, nega que a área ofereça riscos e precise de interdição.

O *imbróglia* ambiental na EACH remonta à escolha do *campus* (vide *Revista Adusp* 49: goo.gl/hSpQB2). Há bolsões de metano no subsolo, como resultado da deposição de lama tóxica retirada do rio Tietê. O lance mais recente data de 2011, quando houve a deposição ilegal, no *campus*, de terra de proveniência incerta, recebida de modo irregular e contendo outros contaminantes. Até agora não há explicação satisfatória para este aterro.

A professora Adriana Tufaile, representante dos docentes no CTA da unidade e diretora da Adusp, explicou na reunião aberta que as exigências formuladas pelos docentes em greve incluem o atendimento das recomendações da Cetesb, transparência dos atos da direção e apuração de responsabilidades: “O diretor do Parque Ecológico do Tietê notificou o diretor

da EACH sobre o crime ambiental cometido”, disse ela. “Houve um erro administrativo grave. Esse aterro não tem contrato”.

Roberto Ortiz, representante dos professores associados na Congregação, lembrou que a licença ambiental de operação, concedida pela Cetesb para o *campus* em 29/11/2012, tinha validade de cinco anos, desde que houvesse uma série de ações em até 90 dias. “Esse prazo acabou em fevereiro. Parte das solicitações da Cetesb se repete no auto de infração de 2/8/13”, frisou o professor. “Não posso concordar com a afirmação de que a direção foi pega de surpresa”.

A professora Silvana Godoy, da Congregação, reforçou a denúncia de falta de informações confiáveis: “Não temos acesso [nem mesmo] às atas”, destacou. “Quem colocou essa terra aí? Quanto custou? Quanto vai custar para tirá-la? Por que a Cetesb está pedindo para tirá-la? Movimento de terra é crime ambiental”.

Cetesb explica. No dia 12/9, uma comissão da EACH, composta pelo diretor afastado, pelos professores Menna-Barreto, Elizabete Franco, Paulo Sinisgalli e representantes dos alunos e dos funcionários, foi recebida pelo presidente Otavio Okano e diretores da Cetesb. Okano e os técnicos da Cetesb tentaram esclarecer as dúvidas quanto à contaminação e os riscos à saúde, mas não apresentaram os

Quatro reitoráveis, até agora...

As eleições para a escolha do novo reitor ou reitora da USP devem ocorrer até dezembro deste ano. Até o momento, quatro candidaturas estão postas: as de Hélio Nogueira da Cruz, 64 anos, atual vice-reitor e professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA); Marco Antonio Zago, 66, pró-reitor de Pesquisa e professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP); Vahan Agopyan, 61, pró-reitor de Pós-Graduação e professor da Escola Politécnica (EP); José Roberto Cardoso, 64, diretor da EP.

O *Informativo Adusp* ouviu os reitoráveis, separadamente. A íntegra das perguntas e respostas está disponível em goo.gl/P9It0H. Confira a seguir as principais propostas de cada um.

Cruz. A candidatura de Hélio Cruz está formalizada desde 15/8, quando apresentou à Reitoria um “termo de impedimento” das suas funções de vice-reitor. “Meu nome já vinha sendo lembrado há vários anos e, como vice-reitor, era considerado candidato natural pela comunidade”, diz ele, há 40 anos na USP, “18 deles na gestão central”.

Quanto às especulações de que J. G. Rodas seria o nome previsto para ser o seu vice, Cruz admite que tal possibilidade foi “aventada” há alguns meses. Porém, teria sido descartada “desde a entrevista concedida pelo atual reitor ao jornal *Valor Econômico* de 23/7/2013”. Na reportagem (vide goo.gl/JVFbo6), Rodas expressa: “Já ocupei os cargos máximos na carreira da USP: professor titular, diretor da mais antiga escola [Faculdade de Direito] e reitor. Não tenho mais a que aspirar nesse tocante”.

Cruz acredita que a gestão de Rodas “apresenta resultados expressivos”. Destaca “a adoção do Plano Institucional da Universidade de São Paulo, previsto no regime de metas do Pimesp [Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público]”; “grandes investimentos nas áreas da pesquisa, de cultura e exten-

são, e de graduação”; “grandes investimentos de infraestrutura”; “grande salto na internacionalização”; “valorização das carreiras dos docentes, com a progressão horizontal, e dos servidores técnicos e administrativos”; o equacionamento de “passivos acumulados, como a questão do Gatilho”.

“Nossas propostas enfatizam o fortalecimento do Conselho Universitário e o esforço de implementar o modelo de planejamento consensual do PDI”, diz Cruz. “A gestão deverá ser aprimorada com a diminuição da burocracia. Os professores terão maior apoio para que dediquem mais tempo às atividades acadêmicas”, garante.

Questionado sobre a emenda apresentada pela Adusp, DCE e APG à Reitoria, Cruz avalia que “não está suficientemente madura”. Para o professor, não há consenso, mas profundas divisões, “quanto à expressão concreta de um formato de eleição verdadeiramente representativo e democrático”.

Agopyan. “Certamente todos concordam com a maior participação da comunidade na escolha do futuro reitor”, diz Vahan Agopyan, antes de defender uma discussão ampla para que seja possível chegar a “uma descentralização radical das ações e decisões da Universidade”. “Inclusive das questões orçamentárias, cabendo aos dirigentes e aos órgãos centrais a tarefa de acompanhamento e avaliação das ações”, completa.

Docente da Universidade há 38 anos, Agopyan define-se apenas como “potencial candidato a reitor, pois o processo eleitoral ainda não está definido, o que torna qualquer postulação prematura”. Apesar disso, avalia que, por meio das medidas da atual gestão, “a Universidade mudou de patamar”, e fala de seus planos.

“Com a descentralização administrativo-financeira alcançaremos a agilidade e a flexibilidade essenciais para a contínua construção de qualidade acadêmica,

possibilitando alcançar patamares de excelência compatíveis com as necessidades do país e com os das universidades de ponta no contexto global. Mais ainda, a experiência positiva da Pós-Graduação, vivenciada pela nossa comunidade, e que demandou uma revisão regimental e incorporação de novos métodos de gestão, pode ser extrapolada para todas as atividades-fim da Universidade, de maneira a conferir progressiva agilidade ao ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para esta maior aproximação com a sociedade”, defende.

Zago. Docente da universidade há 38 anos, Marco Antônio Zago concorda com a ideia de que “não há ainda como falar em candidaturas enquanto não existe o processo eleitoral”. Nesse sentido, apresenta-se como possível nome na corrida pela Reitoria, “tendo em vista meu passado acadêmico, minha experiência como presidente do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] e como pró-reitor de Pesquisa”.

O professor destaca progressos conquistados na área de pesquisa. “Fortalecemos a Agência USP de Inovação (a USP é hoje a universidade brasileira que mais deposita patentes), promovemos numerosos acordos internacionais de pesquisa e editais para projetos em colaboração com universidades líderes do mundo, nossa posição em todos os *rankings* internacionais melhorou”.

Zago considera que são pontos prioritários na próxima gestão: “a) reforma do ensino de graduação e revisão do sistema de acesso à universidade; b) a questão do poder na universidade, muito além da simples eleição do reitor; c) a revisão da estrutura dos campi, das unidades e dos cursos; d) a reforma da carreira docente; d) a modernização dos sistemas de gestão”.

Quanto à mudança no processo eleitoral, ele lembra que, em 2009, com outros cinco docentes, publi-

cou o manifesto “A USP precisa mudar”. O documento defendia a necessidade de tornar mais representativo o processo de eleição de reitor(a), no mínimo com a eliminação do segundo turno. “Difícilmente teremos, na reunião de outubro, a isenção necessária para discutir desinteressadamente essa matéria, uma vez que numerosos grupos, ligados a eventuais candidatos, poderão ter um evidente conflito de interesse. Mas a decisão será tomada e a partir daí se desencadeará, finalmente, o processo eleitoral”.

Cardoso. Docente da USP há 37 anos, Roberto Cardoso também crê na possibilidade de conflitos de interesse na discussão do processo eleitoral. “A opinião sobre a forma de escolha dos dirigentes por um candidato não é adequada, quando a agenda eleitoral está no ar. Ficará contaminada por seus interesses. Esta pauta foi colocada no momento inoportuno, de modo que desviará a atenção dos grandes temas que temos a discutir na Universidade. A hora certa para isso é o início do mandato, mais precisamente nos primeiros cem dias, como deveria ter sido feito. Tenho várias ideias, que não convém expressá-las, embora tenha assinado a petição para sua discussão no plenário do Conselho Universitário”.

O diretor da EP foi o único dos entrevistados a fazer crítica direta à atual gestão. Considerando-se o tripé pesquisa, ensino e extensão, Cardoso observa hoje “forte desequilíbrio a favor da pesquisa, que recebeu volumosos recursos para seus projetos, o mesmo não ocorreu com a extensão e o ensino”. Como alternativa, defende: “O tripé precisa ser equilibrado para evitar distorções que já podem ser observadas. O ensino de graduação terá prioridade”. Sugere mais democracia: “A comunidade será acionada para assumir decisões de seu destino, sem pressões e com independência, mas sob uma liderança segura”.

▶ continuação da capa

documentos e os laudos técnicos; porém, comprometeram-se a dar acesso a esses papéis até 16/9. Já a movimentação de terra de 2011 não foi tratada na reunião. Okano quase suspendeu a reunião quando alunos e docentes que se encontravam no térreo tentaram ingressar

no auditório da companhia. No final, a Cetesb comprometeu-se a comparecer em reunião na EACH na quarta-feira 18/9, para discutir os documentos fornecidos em 16/9.

A assembleia conjunta de docentes, funcionários e estudantes da EACH, realizada na sexta-feira 13/9, deliberou: manter a greve por tem-

po indeterminado para as três categorias; manter as atividades de greve nas dependências da EACH; contatar comissões de saúde e meio ambiente da Alesp; colocar placas informativas em substituição às placas retiradas, alertando sobre risco de saúde; encaminhar questões organizativas da greve, incluindo a

constituição de um comando composto por cinco representantes de cada uma das categorias.

As instâncias da Adusp acompanharão com atenção o desenrolar dos acontecimentos, colaborando e participando ativamente da luta dos colegas da EACH em prol de condições dignas de trabalho acadêmico.

IEA debate alternativas ao modelo oligárquico de escolha de reitor(a)

“Será muito ruim se sairmos da reunião [do Conselho Universitário] de 1º de outubro com o mesmo sistema”. A frase do ex-pró-reitor Luiz Nunes, um dos expositores do debate promovido pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) em 3/9, sintetiza um sentimento manifestado por diversos dos participantes a propósito do atual modelo de escolha de reitor(a). “Este tema está em pauta há muitos e muitos anos nesta universidade, não está começando agora. Universidades públicas devem ser regidas pelo princípio da gestão democrática”, destacou o professor Ciro Correia, presidente da Adusp, que foi o outro expositor convidado.

No debate coordenado pelo professor Martin Grossmann, diretor do IEA, Ciro apresentou a proposta de emenda ao Estatuto protocolada pela Adusp, Diretório Central dos Estudantes-Livre “Alexandre Vannucchi Leme” e Associação dos Pós-Graduandos “Helenira Preta Rezende”. Ciro definiu a emenda proposta como “aquém das reivindicações históricas do movimento docente, das quais não abdicamos”, mas explicou que, “diante do atraso em que a gente se encontra”, sua imediata implantação faria a USP avançar, colocando-a em sintonia com as demais universidades públicas brasileiras.

A proposta das entidades cria uma consulta oficial para reitor(a), de caráter paritário, na qual votariam todos os docentes, estudantes e funcionários da USP. É atribuído a cada categoria o mesmo número de votos (no exemplo da tabela acima, 90.000); no entanto, o peso do voto de cada eleitor é igual à razão entre o número de eleitores na categoria e o número de votos atribuído àquela categoria.

O nome mais votado na consulta seria automaticamente incluído na lista tríplice elaborada pelo colégio eleitoral e enviada ao governador.

Outras proporcionalidades têm sido adotadas em algumas universidades: na Unicamp, por exemplo, os votos docentes respondem por 60% e as outras categorias por 20% cada uma, enquanto que em várias universidades federais há consultas onde essa proporção corresponde a 70%, 15% e 15%.

Legitimidade. Ciro esclareceu que, embora defendam que

a eleição de reitor(a) se encerre na universidade (e não no Palácio), as entidades esbarraram no fato de que a escolha de um dos nomes da lista tríplice pelo governador está prevista em legislação estadual, portanto sua superação é politicamente mais difícil do que se constasse somente do Estatuto da USP.

“O nome escolhido terá um referencial de legitimidade e representatividade. Este é o momento de se ter um critério de eleição que dê maior legitimidade ao reitor, mas também permita maior participação da comunidade, para cobrar dele compromissos”, frisou o presidente da Adusp. Ele observou que a estrutura de poder da USP deve ser compatível com a sua natureza de universidade pública e gratuita: “A Universidade precisa servir à sociedade como um todo”, sustentou.

Ciro criticou o comportamento autocrático da atual gestão reitoral, que relega a segundo plano até o principal colegiado da USP. “O Conselho Universitário deixou de ter agenda de reuniões no calendário. As pautas são divulgadas com apenas três dias de antecedência”, denunciou.

“Governança ruim”. O professor Luiz Nunes apontou a dificuldade para “realizar uma discussão construtiva e negociar acordos” como um forte obstáculo às tentativas de mudança do modelo atual: “É difícil encontrar uma estrutura mais complexa do que a USP. Precisamos aprender a negociar”. Além disso, “a governança não melhora”, ao contrário, “é muito ruim”.

O ex-pró-reitor apresentou os objetivos de “fomentar a discussão produtiva” e “atrair os melhores candidatos para o processo [eleitoral]”. Sua ideia é que “o atual primeiro turno passe a ter o caráter de segundo turno”, isto é, desaparece o chamado “coleginho”, atualmente encarregado da lista tríplice.

A base da argumentação é que as congregações seriam o cerne da universidade: “A USP é uma federação e cada uma delas têm o seu projeto acadêmico. É preciso valorizar o trabalho da congregação”, disse Nunes. “É mais fácil atrair os candidatos para este



Professores Ciro Correia, Luiz Nunes e Martin Grossmann

Categoria	Nº de membros	Nº de votos paritários	Peso de cada voto
Docentes	6.000	90.000	15,00
Funcionários	17.500	90.000	5,14
Estudantes	90.000	90.000	1,00

processo do que para um corpo eleitoral maior”, alegou. Segundo o professor, o primeiro turno envolve atualmente 1.900 docentes, 180 estudantes e 90 funcionários.

“Não é república”. De qualquer modo, seria necessário ainda, na sua opinião, “diminuir discrepâncias”, tanto entre as diferentes representações como entre as congregações (algumas bem mais numerosas).

No debate posterior, Nunes rejeitou a proposta das entidades: “A Universidade não é uma república”, afirmou, colocando-se contra o voto direto e universal. “Nossa obrigação é satisfazer os contribuintes. Estudantes e funcionários têm ideias muito boas, mas isso não quer dizer que devam ser consultados em todas as questões”.

Ciro, por sua vez, criticou a proposta do ex-pró-reitor: “Não considero adequada. As congregações são importantíssimas, mas reproduzem a atual estrutura de poder. São compostas por 85% de docentes, na maioria professores titulares”. Já a consulta pelo voto direto e paritário fará com que os reitores “tenham o compromisso de discutir com o público mais amplo possível as suas propostas”. Ainda segundo Ciro, não há como deixar de reconhecer que a participação de toda comunidade — mais de 100.000 pessoas — numa eleição paritária terá maior respaldo social que a escolha pelo eleitor solitário, o governador.

Ele lembrou, ainda, que está nas mãos do Conselho Universitário a responsabilidade por mudar as atuais regras do jogo. “Nós oferecemos a proposta e conseguimos reunir as assinaturas necessárias para que fosse pautada no Co. A estrutura burocratizada da universidade nunca se dispôs a enfrentar essa questão. Querem que o movimento social assumira todos os papéis do jogo”, disse em resposta à cobrança de como a Adusp vai proceder para que se chegue a um entendimento no momento.

“Liderança da USP”.

Atuaram como debatedores os professores Francisco César de Sá Barreto, ex-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Sergio Adorno, diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP); Lisete Arelaro, diretora da Faculdade de Educação (FE-USP); Renato Janine Ribeiro, ex-diretor de Avaliação da Capes; e o jornalista Paulo Saldanha, de *O Estado de S. Paulo*.

Barreto realçou a importância do debate, em vista da “necessária liderança da USP com relação ao nosso ensino superior”. Opinou que a escolha de reitor deve estar relacionada às finalidades da universidade. Informou que na UFMG a consulta atribui peso de 70% aos docentes, 15% aos estudantes e 15% aos funcionários.

Lisete explicou que na FE existe

continua na pagina 4...

Enfermagem debate voto paritário para reitor

Em plenária realizada em 9/9 no auditório da Escola de Enfermagem (EE-USP), a Adusp, representada pelo professor Francisco Miraglia, primeiro secretário, expôs a proposta de alteração do processo de escolha de reitor protocolada na Secretaria Geral da USP para a pauta do Conselho Universitário (Co) de 1º/10. Compareceram a professora Dina Monteiro da Cruz, diretora da unidade, e outros docentes, bem como estudantes. O evento fez parte da agenda de discussões da Enfermagem sobre mudanças nos sistemas de escolha dos dirigentes da USP.

“Na nossa última reunião da Congregação, em 14/8, foi indicado um grupo de docentes, estudantes e funcionários para sistematizar propostas de mudanças nos sistemas de escolha dos dirigentes”, conta a professora Raquel Rapone Gaidginski, representante da EE no Conselho Universitário e membro do grupo. Raquel deu início à plenária, agradecendo a presença da Adusp e apresentando o professor Miraglia.

O representante da Adusp destacou a posição da entidade quanto ao caminho a percorrer rumo a uma transição de estrutura de poder compatível com uma universidade “efetivamente pública, gratuita, democrática e transparente na lógica de seu funcionamento e na destinação de sua produção”. Ele chamou a atenção para o papel da Universidade com relação ao tripé pesquisa, ensino e extensão. Discorreu também sobre a permanência estudantil. “Baseados nesse esboço de concepção de universidade, protocolamos [em 4/7] na Secretaria Geral da USP a proposta da Adusp para a escolha de reitor”, informou o professor, que depois apresentou aos presentes os principais aspectos dessa emenda ao Estatuto.

Paridade. A proposta da Adusp consiste na realização da consulta paritária com a partici-

pação de todos os docentes, funcionários e estudantes da Universidade; na exigência de que o(a) vencedor(a) da consulta seja incluído(a) na lista tríplice elaborada pelo colégio eleitoral do segundo turno no sistema vigente (Co + conselhos centrais); na extinção do atual colégio de primeiro turno, que define a lista óctupla.

Miraglia explicou à plenária o funcionamento do ponto central da proposta, o voto paritário clássico, lembrando que a ideia surgiu nas lutas de docentes, professores e funcionários pela democracia e autonomia da universidade em Córdoba, na Argentina dos anos 1960. Paridade implica conceder o mesmo número de votos para cada uma das categorias. Segundo o professor, como o número total de estudantes de graduação e pós-graduação é 90.000, ou seja, a maior categoria da Universidade, torna-se mais simples ter esse número como base da paridade. Cada categoria teria então 90.000 votos paritários: os 90.000 estudantes, os 6.000 docentes e os 17.500 funcionários.

Mostrando por meio de apresentação de slides uma simulação de como seriam contabilizados os votos de uma consulta paritária na USP (vide tabela na p. 3), constatase que o peso do voto do membro de uma categoria seria então 90.000 dividido pelo número total de membros que compõem essa mesma categoria. “É importante notar o valor relativo dos votos”, assinalou Miraglia. “Por exemplo, pelo método da Unicamp, que dá 60% do total de votos aos docentes e 20% a estudantes e funcionários, o peso do voto de um docente é 45 vezes maior do que o de um estudante. Na USP, com base na paridade clássica, esse peso será 15 vezes maior do que o peso do voto de um estudante”.

Dúvidas. Durante a exposição, os presentes externaram dúvidas e críticas. Miraglia foi



Fotos: Daniel Garcia

Aspectos da conversa na Enfermagem

questionado quanto à inexistência, na proposta apresentada, de menção a chapas; e quanto a um possível desequilíbrio entre os votos das unidades. Também foram feitas perguntas sobre a possibilidade de a consulta indicar os

três nomes para comporem a lista tríplice e sobre a necessidade de uma abordagem mais ampla relativamente à escolha dos dirigentes da Universidade.

No tocante às chapas, o professor esclareceu que é preciso considerar a dificuldade de elas serem constituídas, uma vez que o vice-reitor ou vice-reitora só assume seu cargo cinco meses depois do reitor ou reitora. “Essa proposta de mudança no Estatuto é um ponto importante, mas poderia criar um ruído desnecessário e, no momento, menos central. Somos a favor da inscrição de chapas, mas isso poderia desfocar a questão da paridade, que é central”.

Miraglia manifestou-se contrariamente à possibilidade de a consulta indicar os três nomes da lista tríplice: “Temos que manter certas concepções: o corpo universitário indicará um candidato preferido, e não três; o corpo universitário quer que uma pessoa seja reitora nos próximos quatro anos”. Nesse sentido, também

lembrou que as eleições permitirão o debate político, contrastando perfis e propostas dos diversos candidatos.

Para finalizar, o professor disse concordar com a ideia de que as grandes estruturas de poder, onde são deliberadas as políticas gerais da universidade, têm de ser definidas por meio de uma Estatuinte paritária. Ponderou, porém, que o caminho é longo. “Nossa proposta diz respeito a todos os dirigentes. Para democratizar mesmo a universidade, é preciso mexer em congregações, humanizar as relações. Isso aqui [proposta da Adusp] é só uma pontinha”. E completou: “Não vamos conseguir declarar a ‘república’ nos cinco *campi*. Mas temos que construir um processo de avanço. Penso que há oportunidade concreta de que essa universidade tenha um avanço institucional. Essa não é a proposta dos sonhos, é um avanço... Isso se conseguirmos aprovar a proposta em pauta. Se não, a luta continua”.

continuação da página 3

consulta direta para diretor(a) da unidade “há exatos vinte anos”, e que a “animação interna é fundamental nesse processo”. Ela questionou aspectos das duas propostas apresentadas no debate. Ponderou que a proposta da Adusp mantém o colégio do atual segundo turno, que é mais restrito e seria mais vulnerável aos in-

teresses da Reitoria. “As congregações se tornaram órgãos absolutamente burocráticos, apenas referendam o que os diretores já decidiram”, enfatizou quanto à exposição de Nunes.

“Máquina reitoral”. Jane defendeu o fim da lista tríplice e sugeriu a inclusão dos conselhos departamentais no co-

légio eleitoral único proposto por Nunes. Afirmou que é preciso tirar o processo eleitoral do controle do que chamou de “máquina reitoral”, porque “em seis sucessões [desde a reforma do Estatuto em 1988], somente em duas o reitor não fez o sucessor”.

Adorno sugeriu uma mediação entre as propostas, de modo a encontrar um equilíbrio entre a par-

ticipação da comunidade e a dos órgãos colegiados. “Estamos discutindo democracia como se discutia no século 18: ampliação da base. Temos que discutir qualidade”. Ele admitiu que é preciso reduzir a desigualdade entre as categorias, bem como o peso dos professores titulares. “Avanço é por um fim às eleições palacianas”, declarou o diretor da FFLCH.

Ainda sobre o Teto Salarial

A Emenda Constitucional (EC) 41, de 19/12/2003, promoveu alteração constitucional em relação ao teto de vencimentos do servidor público. Segundo o artigo 8º da emenda, aos servidores públicos estaduais no âmbito do Poder Executivo passaria a se aplicar o subsídio mensal do governador do Estado como limite remuneratório. No que diz respeito à aplicação do teto no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Estado de São Paulo, observando-se os termos do artigo 8º supracitado, foi editado o Decreto Estadual 48.407/2004, que estabelece o valor do subsídio mensal do governador do Estado de São Paulo (atuais R\$ 20.662,00) para aplicação do limite máximo de vencimentos para o servidor público dessas esferas.

Destaque-se que EC 41 também previu que o limite para a remuneração ou subsídio no setor público não pode exceder o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que hoje corresponde a R\$ 28.059,29. Esse limite poderia ter sido adotado no Estado de São Paulo em 2006, quando a Assembleia Legislativa discutia a adequação da Constituição Estadual à EC 41, o que elevaria por conseguinte o teto salarial de todos os servidores do Estado. Embora a Adusp, em conjunto com outras entidades sindicais do setor público, tenha atuado nesse sentido à época, não houve mobilização suficiente da categoria para conquistar esse avanço, que poderia ter ampliado significativamente o teto ao qual estamos submetidos.

A forma de aplicação do limite vigente gerou inúmeros questionamentos judiciais, tendo em vista o entendimento do Supremo Tribu-

nal Federal de que a limitação do teto, para quem percebia situação já constituída em 2003, ofenderia o princípio da irredutibilidade salarial e direito adquirido. À luz desse entendimento, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) dividiu-se em duas correntes: a primeira, em defesa do congelamento do montante da remuneração até que fosse absorvido por futuros reajustes, correspondente ao que se percebia até à edição da EC 41, e a segunda, que opta pelo direito de serem excluídas do cálculo para o teto as vantagens pessoais adquiridas até a EC 41 pelo servidor; e por serem incluídas no cálculo do redutor salarial aquelas recebidas após a emenda. Esse segundo modelo foi adotado pela Universidade de São Paulo para fins de cálculo de incidência do teto, e aparentemente revela-se menos prejudicial ao servidor entre as posições firmadas pelo TJ-SP.

Vantagens pessoais. Já por vantagens pessoais, para fins de aplicação do entendimento jurisprudencial acima explicitado, entendem-se os denominados “adicionais por tempo de serviço” (quinquênios e sexta parte), as verbas referentes à natureza ou ao local de trabalho, a exemplo das chamadas “gratificações de serviço” (periculosidade, insalubridade, extraordinário, noturno, transporte, gabinete etc), bem como as nominadas “gratificações pessoais” (salário-família e outros).

Convém destacar que a matéria ainda não se encontra pacificada no STF. Pende ainda de decisão o Recurso Extraordinário 606.358, que trata da inclusão de vantagens pessoais no teto remuneratório; bem como o Recurso Extraordinário 609.381, que trata da eventual

Código	descrição	Vantagens	descontos
220	Vencimento	13.800,00	
514	Sexta parte EC 41/03	1.523,55	
5	Sexta parte	2.319,25	
90	Representação incorporada	1.200,00	
515	Representação incorporada EC41/03	2.080,00	
513	Adicional EC 41/03	1.828,26	
3	Adicional	4.149,44	
108	Imposto de Renda		5.520,90
110	Iamspe		507,24
445	Contribuição Previdenciária (LC 1012/07) Spprev		2.302,48
143	Aplicação limite Máx. de Remuneração		806,69
198	Adusp-assoc Docentes da USP		138,00
		26.900,50	9.275,30

afrenta à garantia da irredutibilidade de vencimentos pela incidência do teto. Ambas já foram declaradas matéria de interesse de repercussão geral, ou seja: uma vez julgada pelo STF, a decisão será aplicada pelas instâncias inferiores de julgamento em casos idênticos.

É nesse contexto que, para dar consequência ao modelo adotado pela USP para limitar os salários ao teto, que a administração passou, nos termos do esclarecimento oferecido à Adusp no ofício DRH/290/2013 (vide goo.gl/tUen3q e goo.gl/OXnSHR) a partir de fevereiro de 2013, a discriminar nos demonstrativos de pagamento, em rubricas separadas, as vantagens pessoais dos servidores (das quais as comuns a todos e em geral mais significativas, são os adicionais por tempo de serviço e a sexta parte) quanto ao valor nominal que tinham em dezembro de 2003 (a serem preservadas da aplicação do teto) e a respectiva parcela acrescida após essa data (tanto por reajustes como por novas incorporações no caso dos adicionais por tempo de serviço).

Desconto. Desse modo, se o valor bruto da remuneração de um servidor ultrapassa o limite de R\$ 20.662,00 (atual salário do gover-

nador), da parte que ultrapassa esse valor pode ser descontada a fração necessária dos valores que tiverem sido acrescidos nas suas vantagens pessoais a partir da data de vigência da EC 41 (1/1/2004), conforme agora discriminado nos demonstrativos de pagamento.

O demonstrativo de pagamento publicado nesta página (meramente ilustrativo) procura detalhar esse procedimento, no qual a rubrica 143, referente ao valor a ser descontado dos vencimentos por conta da aplicação do teto salarial (R\$ 806,99), foi obtida do seguinte modo: 1) somando-se ao valor limite de R\$ 20.662,00 (salário do governador) os valores das rubricas que não podem ser computadas para efeito do teto: 514 (R\$ 1.523,55), 515 (R\$ 2.080,00) e 513 (R\$ 1.828,26), chega-se ao total de R\$ 26.093,81; e 2) subtraindo-se esse último valor do valor total (salário bruto) da remuneração (R\$ 26.900,50), o que resulta no valor descontado para efeito da aplicação do teto, que no caso ilustrativo é de R\$ 806,69 (rubrica 143 do demonstrativo de pagamento).

A Adusp foi informada pelo DRH da USP de que os valores relativos ao abono de permanência não são computados para efeito do teto.

TRT condena USP e contratações da Faepa no HC de Ribeirão Preto

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas manteve decisão judicial que obriga o Hospital das Clínicas da USP de Ribeirão Preto (HCFMRP) a contratar por concurso público todos os funcionários que hoje atuam de forma terceirizada. O HCFMRP possui 5.820 funcionários concursados e cerca de 1.300 contratados de modo ter-

ceirizado, pela fundação privada Faepa, que controla toda a gestão daquele hospital público.

Caso seja mantida a decisão do TRT, depois de a ação transitar em julgado no Tribunal Superior do Trabalho, a USP terá prazo de um ano para encerrar a terceirização, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil por trabalhador, segundo a *Folha de S. Paulo*.

O Ministério Público do Trabalho (MPT), autor da ação civil pública que resultou na condenação da USP, viu reconhecida sua tese de que a contratação atual é inconstitucional, pois o convênio entre a USP e a Faepa configura uma intermediação de mão de obra. O hospital terceirizou a sua atividade-fim, prática proibida por lei, segundo o MPT.

LOA 2014: preparar nossa intervenção

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2014) estabeleceu a destinação de “no mínimo” 9,57% da quota-parte do Estado do ICMS para as três universidades estaduais paulistas e agora segue a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA 2014). Assim, é essencial que nos organizemos para intervir nas audiências públicas que terão início no final deste mês, com o objetivo de ampliar os recursos para a educação e, em especial, para USP, Unicamp, Unesp e Ceeteps.

Toda força ao ATO no dia 1º de outubro na frente do CO!

Queremos votar para reitor, já! Voto direto e paritário!

Dando consequência à deliberação da nossa Assembleia do dia 27/8, a diretoria da Adusp contou as diretorias do DCE, APG e Sintusp no sentido de organizarmos no dia 1º/10, data da reunião do Conselho Universitário (Co), um Ato Unificado pela Democratização da USP, em particular pela participação de cada professor, estudante e funcionário na escolha do próximo reitor.

A perspectiva é pautar nossas ações por eixos comuns de reivindicação histórica das categorias, abrindo espaço para a manifestação e defesa das propostas de professores, estudantes e funcionários.

A importância da nossa ação conjunta nesta perspectiva foi entendida e aceita pelas entidades representativas dos estudantes de graduação, de pós-graduação e dos funcionários. Está agendada uma reunião entre DCE, APG, Sintusp e Adusp na terça-feira, 17/9, para iniciar a organização do ATO de 1º/10,



Daniel Garcia

Novembro de 2009: estudantes de Artes Cênicas, vestidos "a rigor", ironizam o caráter oligárquico, antidemocrático do processo eleitoral de reitor

durante a reunião do Co da USP.

Pressão é decisiva! A reunião do Co da USP de 1/10 deverá discutir modificações nas normas de indicação de reitor já para o corrente ano. Há uma proposta, já protocolada, de realização de consulta paritária. Entretanto, até lá, devem surgir outras propostas e será absolutamente necessário nossa presença e pressão para obter avanços concretos contra o modo retrógrado, autoritário e nada representativo que hoje vigora na USP. Aliás,

não custa registrar que trabalhamos na única universidade do Estado de São Paulo (e das poucas no país) que não se interessa pela opinião de docentes, estudantes e funcionários na determinação dos rumos estratégicos da instituição.

Aprendemos com nossa experiência histórica: sem pressão de peso e organizada não há progresso efetivo. As manifestações de junho que o digam!

Democracia mesmo! Ao mesmo tempo em que transfor-

mar a escolha do reitor é importante, sabemos que democratizar a universidade envolve questões estruturais e práticas que vão além da eleição de dirigentes. Há muito o que fazer para remover o entulho autoritário, herdado da Ditadura Militar, ainda presente nas normas, hábitos e práticas da USP (basta lembrar o regime disciplinar, parente próximo do Decreto 477 do governo militar).

Deveremos, portanto, estar atentos ao desenrolar da conjuntura, para que a partir do início de 2014 possamos retomar a luta por uma Estatuínte Livre e Soberana que escreverá, com a mais ampla participação de docentes, estudantes e funcionários, normas efetivamente democráticas, humanas e transparentes de administração da USP. Só assim será possível promover a cooperação entre o corpo da universidade para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão de qualidade, e a inserção da USP no embate para reverter a enorme injustiça social e econômica à qual tem sido submetida a maioria da população brasileira.

Terminam greves da Unesp e FD

Em greve desde de 3/6, os funcionários técnico-administrativos da Unesp voltaram às atividades em 2/9. Antes, docentes e alunos já haviam colocado fim à paralisação. Uma reunião entre os funcionários e o reitor Julio Cezar Durigan foi realizada em 10/9. Na ocasião, os diretores do Sintunesp apresentaram posição das assembleias de base sobre a proposta de equiparação aprovada pelo Conselho Universitário em 15/8.

Segundo boletim do Sindicato, o reitor "limitou-se a dizer que não é possível avançar mais agora e que qualquer proposta sobre este ponto deverá ser submetida ao Conselho Universitário". Além disso, Durigan se comprometeu a responder a todos os itens da pauta específica (goo.gl/FDvu7R) dos funcionários por escrito até 20/9. "O descaso do reitor mostra que ainda teremos muitas batalhas pela frente", diz boletim de 11/9.

Decisões da Assembleia da Adusp de 27/8/13

1. Envidar esforços políticos para organizar Ato unitário da Adusp, do DCE, da APG e do Sintusp no dia da reunião do Co (prevista para 1/10), com abertura a todas as propostas de democratização da USP.

Discutir com as entidades escopo, organização e atividades do Ato, tentando garantir que seja uma manifestação forte e pacífica da nossa indignação com o autoritarismo vigente na USP e como forma de pressionar o Co a efetuar mudanças estatutárias que garantam a participação de todos os docentes, estudantes e funcionários na escolha de reitor ou reitora.

2. Não participar de reunião proposta para o dia 29/8 com membros do gabinete do reitor, mas que não contaria com a presença de Rodas. A decisão unânime dos presentes levou em conta, em particular, o desrespeito com que foram tratados membros do Conselho de Representantes e da Diretoria da Adusp no dia 22/8, quando se dirigiram à Reitoria, procurando interlocução direta com o reitor para discutir a convocação do Co (vide goo.gl/BfqEdo).

Na Faculdade de Direito da USP, a greve dos estudantes, iniciada no dia 8/8, durou 15 dias. Em 30/8, a diretora em exercício, Odete Medauar, expediu comunicado que informa o fim da greve e deixa a critério dos professores a reposição das aulas (goo.gl/KgTyZu). Muitas das reivindicações dos estudantes foram atendidas. Em reunião da Congregação no dia 27/8, foi deliberado um prazo pa-

ra que a reforma curricular de todo o curso de Direito seja concluída. A Congregação também aprovou isenção de faltas para aqueles que participaram da greve; limite de 60 alunos por sala de aula; que sejam abertas novas turmas das disciplinas mais lotadas e que os estudantes tenham direito a se matricular em todas as disciplinas obrigatórias e optativas de suas turmas no atual semestre.

CCAD prepara mudanças na Progressão

O secretário-geral da USP, professor Rubens Beçak, informou ao *Informativo Adusp* que a reunião da Comissão Central de Avaliação para Progressão de Nível na Carreira Docente (CCAD) deverá apreciar, na reunião de 18/9, a minuta de uma nova resolução sobre a progressão horizontal. "Após, a minuta será submetida à apreciação da CLR [Comissão de Legislação e Recursos] e, ato contínuo, ao Conselho Universitário", diz Beçak. O texto já teria sido analisado pela Procuradoria Geral da USP.

A Resolução 5.927, que reformou a carreira, previa que o processo de avaliação fosse revisto ao final dos primeiros dois anos. Segundo o secretário-geral, a CCAD baseia-se nas manifestações das congregações: "todos os documentos encaminhados pelas unidades com propostas para alteração da Resolução 5.927 foram analisados pela CCAD consubstanciando uma minuta de nova resolução, aprovada em 19/6/2013 pela comissão".